



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

**Estratégia democrático-popular, Governos Lula e direitos do segmento
LGBTQIA+: aproximações críticas¹**

Adrianyce A. Silva de Sousa²
Gabe Moreira Thomaz³
Luiza da Motta Souza⁴

Resumo: Buscamos, a partir da abordagem materialista histórica, analisar como a pauta democrática presente na estratégia democrático-popular, que comparece nos governos Lula impacta no atendimento aos direitos sociais voltados para o segmento LGBTQIA+. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que analisou os Programas, Planos e Projetos do governo no período (2002-2010) voltados ao segmento LGBTQIA+. Nosso pressuposto é de que no governo Lula a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento do proletariado frente à luta de classes, e de pautas como a do segmento LGBTQIA+ esvaziando perspectivas mais críticas face a democracia burguesa.

Palavras-chave: Estratégia democrático-popular; Governos Lula; Direitos sociais; Políticas públicas; LGBTQIA+.

**Popular democratic strategy, Lula Governments and rights of the LGBTQIA+
segment: critical approaches**

Abstract: We seek, from the historical materialist approach, to analyze how the democratic agenda present in the democratic-popular strategy, which appears in the Lula governments, impacts the fulfillment of social rights aimed at the LGBTQIA+ segment. This is bibliographic and documentary research that analyzed the government's Programs, Plans and Projects in the period (2002-2010) aimed at the LGBTQIA+ segment. Our assumption is that in the Lula government the democratic-popular strategy

¹ Pesquisa Desenvolvida com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 02 CNPQ Email: adrianyce@gmail.com

³ Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) 2023 no projeto: “Estratégia democrático-popular e os Governos Lula: uma análise comparativa dos governos (2002-2010) e (2023-2026) para o atendimento aos direitos sociais voltados ao segmento LGBTQIA+”. Graduada em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: gabrielmt@id.uff.br

⁴ Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ no projeto: “Estratégia democrático-popular e os Governos Lula: uma análise comparativa dos governos (2002-2010) e (2023-2026) para o atendimento aos direitos sociais voltados ao segmento LGBTQIA+”. Graduada em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: luiza.motta37@gmail.com

is carried out through a democracy of co-optation whose consequences have a great impact on the proletariat's ways of confronting the class struggle, and on issues such as that of the LGBTQIA+ segment, emptying perspectives more criticism of bourgeois democracy.

Keywords: Democratic-popular strategy; Lula Governments; Social rights; Public policies; LGBTQIA+.

1 Introdução

O presente artigo busca tratar da realização da estratégia democrático-popular nos dois primeiros governos Lula (2002-2010). Nosso pressuposto é de que no governo Lula a estratégia democrático-popular se realiza por meio de uma democracia de cooptação cujas consequências são de grande impacto nas formas de enfrentamento do proletariado frente à luta de classes, e de pautas como a do segmento LGBTQIA+ esvaziando perspectivas mais críticas face a democracia burguesa. Particularmente indagamos como se expressa nas ações e programas dos Governos Lula voltados para o segmento LGBTQIA+ a estratégia democrático popular em sua ênfase democrática?

A pesquisa bibliográfico-documental, que subsidia as reflexões desse artigo, foi realizada em duas etapas: a primeira fase da pesquisa foi bibliográfica, envolvendo textos sobre estratégia democrático-popular, Partido dos Trabalhadores, capitalismo dependente e formação econômica e socio histórica brasileira; democracia; a formação da classe trabalhadora e suas lutas, a questão do segmento LGBTQIA+.; a etapa seguinte da pesquisa foi documental e envolveu o levantamento dos Programas Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009); Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009), que consideramos os mais expressivos para a análise proposta. O que apresentamos neste material são os resultados parciais das análises já desenvolvidas.

Nesse sentido, destacamos que aprofundar estudos acerca da relação entre a estratégia democrático-popular e, a ênfase democrática, presente nos Governos Lula e, seus impactos para o atendimento dos direitos sociais voltados ao segmento LGBTQIA+, ganha relevância e atualidade face os processos históricos vivenciados na particularidade brasileira atual e o resultado do eleitoral de 2022 que reconduziu ao Palácio do Planalto o presidente Lula.

2 A estratégia democrático popular e os Governos Lula (2002-2010)

A ditadura instaurada em abril de 1964 inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil: retira-a dos quadros jurídicos-legais de uma democracia restrita e confere-lhe a forma, de autocracia burguesa, como analisou (FERNANDES, 1976). Neste período, aprofunda-se o traço de modernização conservadora, próprios da nossa formação social, agregando ao alijamento político decisório da massa da população e a heteronomia, um processo de acumulação voltado para o usufruto dos monopólios imperialistas. A ditadura perdurou por cerca de 20 anos, esgotando-se na entrada dos anos de 1980, sendo obrigada pela pressão dos movimentos democráticos a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático.

De um lado, o processo da transição para a democracia no Brasil foi um forte recuo da contrarrevolução burguesa para não perder nada de substancial em face do movimento dos trabalhadores e dos movimentos sociais em (re) articulação na sociedade. Por outro lado, não podemos desconsiderar um elemento determinante que contribui diretamente para o aumento da pressão exercida nesse período e que será direcionada em 1984 para as *diretas-já*. Trata-se do problema do agravamento do endividamento externo e suas consequências a partir de 1979. A chamada “crise da dívida” do início dos anos 1980 teve efeitos deletérios sobre a América Latina e o Brasil. Do ponto de vista da reação à ditadura, a reinserção da classe operária na disputa política, capitaneadas pelos trabalhadores do setor metalúrgico na segunda metade dos anos de 1970, opera uma viragem no processo político. De acordo com Netto isto ocorreu por dois elementos importantes de um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril; de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou na luta contra o regime demandas e aspirações fortemente reprimidas e que estavam dando suporte a expressões até então atomizadas - os movimentos sociais, entre outros pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros.

Todo este processo, brevemente sumariado, cria as condições para a constituição de um caldo cultural, uma ambiência que desloca e rompe culturalmente com o movimento comunista. Ao mesmo tempo a ênfase na autonomia dos movimentos (em face do Estado e dos partidos) e a exaltação do seu caráter espontâneo, que passa a ser amplamente valorizado, farão coro a crítica aos chamados “métodos da esquerda

tradicional”, identificada e reduzida, no nosso entendimento, a vulgata marxista-leninista. Aqui o que vemos é que, gradualmente, a perspectiva revolucionária é substituída pela modernidade democrática da esquerda (TOLEDO, 1994).

É nesse quadro e sob a influência contraditória dessas configurações que se cria o Partido dos Trabalhadores/PT, como o partido para o qual passam a convergir parte dessas demandas agora aglutinadas num amplo e complexo campo posteriormente instituído como a estratégia democrático-popular: luta pelas liberdades democráticas, pela ampliação dos canais de participação na sociedade civil e pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado.

Segundo Marques (2015), por "Estratégia Democrático-Popular" vamos compreender o principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 – e que segue confiante entre parte significativa dos movimentos sociais brasileiros até os dias de hoje. Apesar da contribuição de autores importantes em sua formulação como Prado Jr. e J. Chasin é ao sociólogo Florestan Fernandes que atribuímos a construção de sua gênese e fundamentos teóricos. Para este, a estratégia socialista da "revolução brasileira", diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma "revolução democrática", a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, "dentro" e "fora" da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas "cadeias coloniais" com a condução operária à chamada "revolução burguesa em atrasado", ou seja, a realização das reformas civilizatórias pendentes. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista. Apesar da influência da teoria da "Revolução Democrática", essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura “Democrático-Popular” a partir do 5º Encontro Nacional do PT de 1987. O sentido da alternativa Democrático-Popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia "democrática, popular e anti-imperialista" hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado. Democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo

brasileiro. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus “aliados” afetados pelos grupos monopólicos - a pequena burguesia ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo.

Neste sentido, o PT parece encampar como parte da “nova esquerda” uma ênfase democrática que nos termos de Toledo expressa um quadro novo derivado de alguns fenômenos,

A análise crítica do ‘socialismo real’, iniciada décadas atrás por teóricos e militantes (marxistas, social-democratas e outros), particularmente no exterior, bem como a dura experiência da ditadura militar no pós-64 contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira ‘reabilitar’ a questão democrática (...) para significativos setores da esquerda, a defesa da democracia não deve ter mais um valor tático, mas adquiri um valor estratégico, um valor em si mesmo (TOLEDO, 1994, p. 28).

Com a eleição de Lula em 2002, a estratégia democrático-popular é então realizada e metamorfoseada, e, a democracia tomada como historicamente intimidada para seu desenvolvimento tornando necessário “superar a inviável hegemonia política existente no Brasil, a partir da incorporação de milhares aos frutos do desenvolvimento” (MANSUR, 2021, p. 60).

2.1. Governos Lula e a classe trabalhadora: democracia de cooptação?

Como abordado anteriormente, o PT, como expressão da estratégia democrático popular, em teoria reivindica a construção de reformas anti-imperialistas e anticapitalistas por vias democráticas, com o apoio popular, para que se acumule forças e então ocorra a ruptura socialista. No entanto, o que se viu na prática durante os dois primeiros Governos Lula, não foi uma postura de implementação de reformas radicais que desgastassem o modo de produção capitalista. O que ocorreu foi abertura de mão da radicalidade inicial, moderação do programa, e busca por uma ampliação das alianças rumo ao “centro” (IASI, 2018, p. 16).

Nota-se na prática que as alianças necessárias para chegar até o governo não foram o suficiente para sustentá-lo — e se alargam para além do centro, passando a incluir a direita também. O que acontece, então, é a perda de uma radicalidade (já frágil) do programa e a flexibilização da tática numa tentativa de mediação entre a classe trabalhadora e a burguesia, por meio de uma “democracia de cooptação”. Nos termos de Marques,

A concretude da "democracia de cooptação" se deu não apenas pela manutenção de um perfil autocrático na institucionalização política e, sobretudo econômica "dentro da ordem" capitalista; como, o programa político construído pela classe trabalhadora (...), favoreceu a cooptação "para baixo" (MARQUES, 2012, p. 97).

Aprofunda-se a pauta macroeconômica, do governo FHC, em ênfases contrarreformista, privatista e de fortes vínculos ao capital financeiro⁵, cujas alterações se constituíram, de fato, na base produtiva, em especial via o incremento do agronegócio e o conseqüente "boom" das *commodities*. Fenômeno que reorientou a inserção do país na divisão internacional do trabalho a partir de uma atuação primária. Neste contexto, destacam-se outros dois elementos de significativa relevância: a expansão do consumo interno para os setores da base da pirâmide social via o acesso ao crédito; e a resignificação do sentido de "justiça social" a partir de um forte viés mercantil (vide o exemplo da expansão do ensino superior através de fortes vínculos privados com o PROUNI e o FIES ou da política habitacional do "Minha casa minha vida"), além da adoção de medidas focalizadas e compensatórias no combate à extrema pobreza, concebidas como políticas de "redistribuição de renda".

No que se refere a Política Social, temos acordo com Behring (2018) quando esta destaca que mesmo com a diminuição da relação dívida/PIB, acompanhado de relativa queda temporária das taxas de juros, os gastos com a dívida continuaram sendo objeto prioritário ao orçamento público. Segundo a autora,

a partir de dados da ANFIP, entre os anos de 2006 a 2012 "foram 'expropriados' do Orçamento da Seguridade Social R\$ 309.941 bilhões de reais". Nesta lógica, o que se desenvolveu foi o contrário da universalidade, equidade e integralidade no acesso às políticas sociais. Mas, a sua focalização com forte seletividade e baixo custo, ao mesmo tempo em que se constituíram processos privatizantes (de forma direta e indireta) sobre a base objetiva dos direitos sociais fundamentais, como visto na área da educação, da saúde e da assistência social. Logo, a Política Social nos governos petistas ainda que tenha ampliado o seu alcance e cobertura – fato inegável a partir do Sistema Único de Assistência Social ou da Estratégia Saúde da Família – não superou os limites estruturais que são os mesmos da era FHC: uma orientação macroeconômica em privilégio dos grandes rentistas (BEHRING, 2018, p. 60).

⁵ Petra ressalta que, neste período, "o capital financeiro afluíu para o Brasil como nunca. Investimentos diretos estrangeiros (FDI) saltaram de um valor em torno de US\$16 bilhões, em 2002 – durante o último ano do mandato de Cardoso – para mais de US\$48 bilhões, no último ano do mandato de Lula. A carteira de investimento – de tipo mais especulativo – variou de US\$5 bilhões negativos, em 2002, para US\$67 bilhões positivos, em 2010. O influxo líquido do FDI e carteiras de investimento totalizaram US\$400 bilhões no período de 2007 a 2011, comparado aos US\$79 bilhões durante o período dos cinco anos anteriores. Investimentos de carteira em alta lucratividade, elevados títulos de juros retornaram entre 8%-15% – o triplo e o quádruplo das taxas na América do Norte e Europa" (PETRA, 2013, p.18).

Estas determinações objetivas, sumariadas, possibilitaram a construção de um caldo ideológico, a partir do qual teríamos vivido um "neodesenvolvimentismo" e a constituição de uma "nova classe média" via "pleno emprego" se obscureceu a heteronômica relação da burguesia a nível nacional com o capital transnacional. Neste sentido, a ideologia neodesenvolvimentista sustentou a tese de um redirecionamento da ação do Estado através da retomada da industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional. Se no que tange a indústria, o seu crescimento estaria organicamente vinculado a atuação sobre bens primários – os chamados produtos "semimanufaturados" (a exemplo do suco engarrafado de laranja ou dos alimentos enlatados); no que tange ao trabalho, a despeito dos indicadores positivos, permaneceram intactos os pilares ao seu trato marginal: a superexploração da força-de-trabalho e as constantes denúncias sobre as condições de vida e trabalho. Fato bem-visto nos setores de alavanca dos programas governamentais, esboçados denúncias e manifestações dos trabalhadores terceirizados nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC.

2.2. A pauta LGBTQIA+ e os governos Lulas

No que se refere, a discussão sobre a diversificação das discussões sobre a sexualidade, ela não se expressou inicialmente na “incorporação dos milhares”. O Programa de Governo 2003-2006 de Lula não fazia qualquer alusão a direitos de pessoas LGBTQIA+. Esta diversificação das discussões em torno da sexualidade se construirá no processo do primeiro mandato e vai comparecer mais explicitamente no Programa de Governo 2007-2010, onde indica-se a seguinte ação:

Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), nos marcos do programa ‘Brasil sem Homofobia’, que será ampliado e fortalecido (LULA PRESIDENTE, p. 32).

Este processo se inicia com a preparação e publicação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH) (Ministério da Saúde, 2004), evidenciando a expansão dessas temáticas para o campo dos direitos humanos, da educação e da assistência social ao longo de todo o primeiro mandato. Nos termos de Machado e Rodrigues, em 2007 o movimento LGBT “viveu seu apogeu”,

as paradas se proliferavam pelo país com números de participantes dificilmente alcançados por outros movimentos sociais; o PBSH começava a se concretizar em ações com verbas públicas e orçamento próprio; surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores, profissionais da segurança pública e outros; preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos estados e municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno dessas questões; organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT; a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT (MACHADO E RODRIGUES, 2015, P. 27).

De fato quando observamos que entre (2002-2010), período que abarca os dois primeiros mandatos do governos Lula, identificamos um investimento em formulação de Planos, Programas, que tratem dos direitos das pessoas LGBTQIA+ estando as mesma concentradas em sua maioria no segundo mandato.

O “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT”, em 2009, traçando diretrizes para políticas públicas de combate à homofobia e garantia de direitos de pessoas LGBT. Este plano estabeleceu órgãos responsáveis pelas ações indicadas e prazos para seu cumprimento, tendo sido avaliado pelo Governo Federal em 2010.

A realização da 1ª Conferência Nacional GLBT em 2008, também foi um marco importante, tendo sido aprovado em 2010, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra LGBT, outra demanda do movimento.

Outra iniciativa dos governos Lula foi a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos em 2009, estrutura burocrática que foi responsável pelo desenvolvimento de muitas das iniciativas subsequentes.

Foram criadas, ainda, comissões e grupos de trabalho nas áreas da saúde, segurança pública e políticas para mulheres em 2009, bem como uma Comissão Interministerial para o desenvolvimento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.

Contudo, como bem observa Pereira (2017) quando se analisa os orçamentos e rubricas específicas destinadas as demandas do movimento LGBTQIA+ pode se identificar que,

o movimento LGBT precisou competir com outros grupos de atores por espaços dentro dos programas de governo e até mesmo por recursos dentro de ações governamentais não específicas. Essa falta de conexão dos programas e planos voltados a pessoas LGBT com o orçamento público federal significa uma maior tendência à instabilidade nos investimentos a eles destinados. (PEREIRA, 2017, p. 212).

Neste sentido, observa-se que o eixo central das ações dos governos Lula para o segmento LGBTQIA+ centraram-se naquilo que era a estratégia democrático-popular “participacionismo” por meio dos conselhos e “democratização do Estado” por meio da constituição dos Planos e Programas, que não se sustentavam nas discussões essenciais de orçamento, o que é fundamental para a manutenção e longevidade das ações.

Ao mesmo tempo, os planos e programas ficam circunscritos a cartas de intenções do governo em relação ao segmento, se considerarmos que se as ações ficam estrita a esfera do Poder Executivo, sua implementação é pouco ou quase nada atravessada pelos demais fatores a que o debate da livre orientação está submetido e refere-se: as complexas disputas e interesses num capitalismo periférico e dependente cujos traços anti-popular e contrarrevolucionário são fortes e presentes traços da nossa burguesia, a falta de capacidade de disputa orçamentária que a pauta LGBTQIA+ parece ter face “aos graves e históricos” problemas do país, a própria superação da homofobia que atravessa o conjunto da sociedade e das instituições e que tem como maior antagonista o corte religioso dado ao entendimento dos direitos deste segmento.

Assim, sem desconsiderar a importância desse processo para o movimento, eles não são capazes de romper com os traços ultraconservadores da nossa sociedade brasileira, ao mesmo tempo, é preciso destacar que as movimentações dos Governos Lula contribuíram para arrefecer as pautas mais críticas e posicionamentos mais críticos e autônomos do movimento face a realidade, como o foi para o conjunto da classe trabalhadora.

3 Conclusão

O processo anteriormente destacado e “avanços” a eles associados, contudo, foram impactados pelos processos sociais que se desenvolveram no país do golpe⁶ de 2016 as eleições de 2018. Cujas retóricas marcantes, entre outros traços, tem forte recurso moralizante reatualizando tanto, a “ética na política”⁷ como, o forte traço de repulsa aos programas sociais; com uma defesa da “meritocracia”; e a suposta denúncia dos “vagabundos” (MIGUEL, 2019) e, do debate em torno das sexualidades e comportamentos. Nos termos de Demier e Melo,

o golpe de governo teve como objetivo precípua trocar os atuais mandatários por outros mais reacionários, os quais não constrangidos por qualquer passado combativo e sindical, podem agora, realizar o ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e calar o movimento social, *tudo isso no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise* (2018, p. 269 - destaque no original).

Assim, como afirmam (SOUSA, OLIVEIRA e SOUZA, 2020) o salvacionismo para a crise econômica e social pela qual passa o país é encontrada na atualização da cultura autocrática que reforça nossa dependência e assume um caráter contrarrevolucionário ao sedimentar-se por um conservadorismo reacionário cujo objetivo é responder aos interesses do capital financeiro e rentista alijando os trabalhadores e movimentos sociais dos processos, efetivando assim a dilapidação dos seus direitos. E, será esta tônica que marcará os 04 anos do governo Bolsonaro intensificado em dramaticidade pela pandemia por SARVS-COVID-19.

Este processo garantido tanto por meio da utilização competente das novas ferramentas tecnológicas, quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, possibilitou que a direita extremada, em suas diferentes vertentes ocupasse a luz do dia e redefinisse os termos do debate público no Brasil. Ressurgem dos porões os terraplanistas e a negação da ciência, setores médios passam a explicitar mais abertamente seus incômodos com a proximidade com os de baixo em diretas apologias racistas, misóginas, patriarcais, destrói-se a frágil articulação em torno de parâmetros sociais e de civilidade construídos no país nos anos de 1980 (SOUSA, OLIVEIRA e SOUSA, 2020, p. 46).

⁶ Não desenvolveremos essa questão aqui, apenas cabe identificar que consideramos que essa processualidade, tem início bem antes, já ali nas manifestações junho de 2013, em que começam a ser expostas as profundas limitações da estratégia democrático-popular face aos interesses do capitalismo no Brasil. A explicitação do alto custo de vida e do caos nos serviços públicos, em particular nos transportes, foram dinamos para fissurar o pacto petista e sua capacidade para realizar os ajustes controlando os trabalhadores e movimentos sociais. Maiores aprofundamentos conferir Sousa, Oliveira e Souza, 2020.

⁷ O motor fundamental para criar a comoção para esta retórica foi a mídia nacional na cobertura da operação Lava-Jato difundindo seu mote anticorrupção. Demier e Melo destacam também o protagonismo do poder judiciário, como ator relevante nesse processo político brasileiro, expressando o desgaste dos poderes da república. Ao mesmo tempo, em que localizam mais amplamente a agenda de combate a corrupção como parte de uma campanha global (DEMIER e MELO, 2018, p. 270).

Considerando que o reacionarismo significou retrocessos nos “avanços” conseguidos no que se refere ao segmento LGBTQIA+, - com destaque a mudança do Ministério dos Direitos Humanos renomeado para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tendo a sua frente a pastora e advogada Damares Alves e que em sua posse prometeu: “É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa”; Reformulação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação por meio do decreto da presidência da República (n. 9.759 de 11 de abril de 2019) extinguindo uma série de conselhos de políticas públicas vinculados a diversas áreas no governo federal, dentre os quais o CNCD/LGBT; exclusão de ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTQIAI+ na LOA 2020; revogação da 4ª Conferência Nacional LGBT por meio de decreto n. 10.346, de 11 de maio de 2020; fechamento em 2021 do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT por fusão dando origem ao Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e Populações em Situações de Risco que pelo decreto (n. 10.883, de 6 de dezembro de 2021) publicado no final de 2021 deu fim à existência de um órgão exclusivamente dedicado a políticas para LGBTIQIA+ no governo federal, - o terceiro Governo Lula (2023-2026) que ocorre na sequência imediata destes processos e, que marcam, o fortalecimento da extrema direita e, de um projeto reacionário no país, reatualiza em outro patamar a questão democrática e, no nosso entendimento tornam atuais as reflexões que fazemos neste material.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). **Marxismo e política social e direitos**. São Paulo, Cortez, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica, 2 ed., Brasil: Zahar, 1976.

IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). GRANEMANN, Sara (org.) **Teoria Social, formação profissional e Serviço Social**: pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, 2018.

LULA PRESIDENTE. Programa de Governo 2007/2010. Disponível em: http://old.pt.org.br/portalpt/images/arquivos/plano_governo.pdf. Acesso: 24 Abr. 2023.

- MACHADO, Frederico Viana e RODRIGUES, Cristiano Santos Rodrigues. Movimentos negros e LGBT no governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. **Estado, ambiente e movimentos sociais**. Florianópolis: ABRAPSO, Edições do Bosque. (p. 22-45), 2015.
- MANSUR, Isabel. **Corda Bamba**: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular. Marília: Lutas Anticapital, 2021.
- MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da Revolução Brasileira**: uma análise crítica da estratégia Democrático-Popular. Santa Catarina: Prismas, 2015.
- MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da “Revolução Brasileira”**: O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. GALLEGO, Esther Solano (org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2019.
- PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimento LGBT e Políticas Públicas nos Governos Federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014). **Estudos de Sociologia**: Recife, Vol. 2 n. 23, 2017.
- PETRA, James. Brasil: Capitalismo Extrativo e o Grande Retrocesso. **Revista Praia Vermelha**. v. 23 n. 1, Rio de Janeiro: Praia Vermelha, p.11 a 31, 2013.
- SOUSA, Adrianyce A. Silva de Sousa; OLIVEIRA, Ana Cristina Oliveira; SOUZA, Giselle. In: SILVA, Leticia Batista Silva e DANTAS, André Vianna. (org) **Crise e pandemia**: quando a exceção é a regra geral. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.
- TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática da esquerda: Adeus a revolução? **Crítica Marxista**, São Paulo: Brasiliense: v.01, n 01 (p. 27-38), 1994.